V- Vigília Institucional (1980)

A unificação do atual Ministério Público do Rio de Janeiro evidenciou sérios problemas internos. Na prática, foram mantidas as diferenças salariais e de carreira entre os membros provenientes dos dois estados, além de condições precárias de trabalho, como falta de espaço físico, funcionários e equipamentos.

Para resolver tais questões, os membros da instituição se organizaram em um movimento que ficou conhecido como “Vigília Institucional”. Iniciado em 11/11/1980 pela Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (AMPERJ), o movimento ficou conhecido pela população como a “greve dos promotores”. Fato inédito na história do MP no Brasil, representou um marco na luta pela independência institucional.

6/ O Fluminense • Estado do Rio de Janeiro, quarta-feira, 12 de novembro de 1980

GERAL

Servidores

Vigília de promotores pára Justiça

Memorial reivindica nivelamento

Ao fazer entrega de memorial ao Procurador-Geral da Justiça, Nélson Pecegueiro do Amaral, o Presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Rio, Leôncio de Aguiar Vasconcelos, explicou as razões da vigília institucional de três dias da classe, iniciada ontem, dizendo que ela "não é um ato de rebeldia, de quebra de autoridade ou de desapreço, mas uma manifestação que representa o fortalecimento do Ministério Público".

O Procurador-Geral Nélson Pecegueiro do Amaral, depois de lembrar que está no cargo pouco mais de três meses, disse que tem se empenhado por melhorar as condições de trabalho dos Procuradores e prometeu que vai estudar as reivindicações da classe (que considerou justas) e depois levá-las a quem de direito para que elas sejam atendidas em toda sua plenitude.

Mais tarde, em entrevista coletiva com ares de "bate papo informal", o Presidente da Associação do Ministério Público, Leôncio de Aguiar Vasconcelos revelou que o Governador tem um prazo constitucional estabelecido até o dia 5 de dezembro, data em que a Assembléia Legislativa encerra a atual legislatura, para tomar as providências necessárias ao atendimento das reivindicações dos promotores. Segundo ele, depois desse prazo, tudo ficará mais difícil e a classe deverá assumir novo posicionamento frente ao problema, que pode não vir a ser muito bom para o relacionamento entre o Ministério Público e o Governo.

Os promotores reivindicam nivelamento de salários da classe e equiparação com a magistratura. Segundo Leôncio de Aguiar Vasconcelos, os promotores ganham entre Cr$ 45 mil e Cr$ 80 mil e reivindicam vencimentos iguais ao de Juiz, cujo inicial é de Cr$ 104 mil.

O memorial entregue ao Procurador-Geral da Justiça critica o fato de que "são estão sendo preenchidos, através de concurso público, os vazios existentes na carreira" e informa que "não se criaram cargos de procuradores e promotores de Justiça para funcionamento junto aos novos Juízos e Câmaras instaladas. Tal carência — acentua o documento —, que se eleva a mais de 40 cargos, importa, obviamente, em prejuízo incalculável ao andamento dos processos e à rápida administração da Justiça".

Critica também a retribuição salarial percebida pelo Ministério Público que "é aviltante, incompatível com suas magnas responsabilidades, estando a exigir, já desde março de 1975, ampla revisão, a exemplo do ocorrido com o Poder Judiciário e diversas categorias funcionais, como as Polícias Civil e Militar e os Auxiliares de Justiça".

Em seus esclarecedores, distribuída juntamente com cópias do memorial encaminhado ao Procurador-Geral da Justiça, os Promotores Públicos declaram que "os desníveis salariais adensam inquietudes e angústias" e que "o desassossego sombreia a própria classe média. A voracidade inflacionária não discrimina. Se não contida, gerará desesperos incontroláveis".

Mais adiante esclarece que, "o Promotor de Justiça, mais que o político, mais às vezes que o Juiz, recolhe os transbordamentos dessa maré de conflitos de interesses dos segmentos de nossa sociedade. Enseada de sofrimentos, acautela, quando possível, os embates inevitáveis".

Autoridades já estão preocupadas

Depois de despachar cerca de uma hora com o Governador Chagas Freitas ontem à noite, o Procurador Geral da Justiça, Nelson Pecegueiro do Amaral, confirmou ter recebido memorial da Associação dos Promotores e Procuradores da Justiça que vai estudá-lo para depois se pronunciar. Disse que essa "vigília institucional" não importou em greve e que os serviços funcionaram normalmente.

Quanto ao memorial, o promotor apenas informou que os promotores e procuradores querem melhores condições materiais de trabalho e nivelamento entre promotores dos antigos Estados do Rio e G. Guabara.

A administração da Justiça do Estado do Rio sofreu ontem, quando todos os Promotores Públicos se concentraram no segundo e terceiro andares do edifício 12, da Avenida Nilo Peçanha, onde ficam instaladas a Procuradoria Geral da Justiça e a Associação do Ministério Público, sua primeira grande e efetiva paralisação num movimento de vigília institucional.

Nenhuma audiência ou julgamento teve curso ontem, devendo acontecer o mesmo hoje e amanhã, conforme palavras do Presidente da Associação do Ministério Público, Leôncio de Aguiar Vasconcelos, para quem é imperioso que os Promotores Públicos mantenham-se unidos em torno do fortalecimento e da dignidade da Instituição. Embora ressalvando que não se trata de um movimento grevista, Leôncio de Aguiar Vasconcelos lembrou que a vigília tem o mérito de revigorar o Ministério Público.

Ele garantiu, durante conversa com os jornalistas, que a Justiça parou para pensar o melhor para a comunidade de quem ela é grande guardiã. O movimento dos Promotores Públicos não esvaziou o Palácio da Justiça, na Avenida Antônio Carlos, mas deixou perplexos todos que acorreram ao grande prédio. As audiências e os julgamentos foram suspensos.

Motoristas continuam paralisados

A denúncia do Secretário de Administração do Estado, Francisco Mauro Dias, de que havia agitadores infiltrados no movimento paredista dos motoristas e mecânicos do Estado não causou surpresa a 'os aparentes líderes da greve, deflagrada anteontem, aguardam que as reivindicações sejam atendidas. Um dos motoristas em greve chegou a acentuar ser "falta de imaginação taxhar a classe de subversiva, uma vez que o que interessa é que a classe seja justiçada".

Havia muita calma ontem na principal garagem do Estado, a GE-2 na Rua Conde Baependi, em Laranjeiras, onde são guardados os carros que servem aos Palácios Guanabara e Laranjeiras e aos Secretários de Estado.

Na GE-4, a segunda maior garagem que guarda a frota oficial do Estado, registrou ontem durante todo o dia intenso movimento, com a concentração dos motoristas que discutiam os rumos da greve. Falando em grupos e baixinho, sendo observados à distância pelos PMs do Batalhão de Choque, os motoristas avaliaram o movimento paredista e chegaram a conclusão de que a classe está unida em torno da principal reivindicação feita ao Governador Chagas Freitas: piaos salariais que variem de Cr$ 12.500,00 a Cr$ 18.500, além da manutenção dos direitos adquiridos.

Outra conclusão dos líderes do movimento foi a de que, logo no primeiro dia de greve, a adesão foi quase que total, chegando ontem a 100%, o que obrigou o pessoal do terceiro escalão e outros chefes de seção e departamentos, que tinham veículos oficiais para seus deslocamentos, a usar seus carros particulares ou então a pegar táxis.

Prefeitura do Rio poderá atender

"Algumas das reivindicações dos motoristas poderão ser aceitas e outras não" falou ontem o Prefeito do Rio de Janeiro, Júlio Coutinho, que, no entanto, disse que não podia adiantar quais pedidos seriam aceitos, pois isso dependia de estudos, de uma análise no contexto global, em que seriam levadas em conta as necessidades dos profissionais e a possibilidade de o município atendê-las.

O Prefeito informou que "a greve está regredindo", porque, das seis garagens que haviam deixado de funcionar, só uma estava parada ontem. Também falou que "não vejo possibilidade de paralisação dos motoristas de ambulâncias", como havia sido ameaçado. Apesar de admitir que, dentro da legislação, há possibilidades de punição para os grevistas, observou: "Não congitamos disso".

O Prefeito Júlio Coutinho informou que é preciso verificar a possibilidade de atendimento das reivindicações "não por essas, mas pelas outras que surgirão, se modificarmos abruptamente esse quadro".

Pecegueiro vai estudar memorial

O movimento paredista, deflagrado pelos motoristas e mecânicos do Estado que hoje entra no seu terceiro dia, está preocupando as autoridades fluminenses, pelos transtornos que causa à comunidade. Analisando a situação, sem esconder seu descontentamento pela incerteza da classe em não comparecer ao serviço,

mente.

Após despachar com o Governador Chagas Freitas, Francisco Mauro Dias revelou ainda em conversa com os jornalistas que vários motoristas estão sendo intimidados na rua por táxis que tentam "fechar" viaturas oficiais para desesti-

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional, 1980